

SOBRE A ESCRITA ETNOGRÁFICA ON ETHNOGRAPHIC WRITING

Angela Taddei¹

RESUMO: Este texto propõe uma reflexão sobre a escrita etnográfica, suas marcas discursivas, seus objetivos e seu *modus faciendi* no âmbito de uma antropologia pós-moderna. Tendo como *corpus* artigos assinados por James Clifford e Stephen Tyler, publicados em *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*, de 1986 – obra coletiva que sublinha a centralidade da escrita ao mesmo tempo em que questiona o relato etnográfico enquanto testemunho da verdade –, buscaremos mapear, num primeiro momento, o discurso científico classicamente considerado; em seguida, apresentaremos as contribuições das teorias da linguagem que ecoam na prática etnográfica; finalmente, caracterizaremos a emergência do paradigma pós-moderno e os efeitos por ele deflagrados na escrita etnográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita etnográfica. Discurso científico. Teorias da linguagem. Pós-modernidade.

ABSTRACT: This text proposes a reflection on ethnographic writing, namely its discursive marks, its goals and its *modus faciendi* in the realm of a post-modern anthropology. Having for *corpus* articles by James Clifford and Stephen Tyler, published in *Writing culture: the poetics and politics of ethnography* (1986) – a collective work that stresses the centrality of writing inasmuch as it questions the ethnographic report as a testimony on behalf of truth –, we will try to pinpoint at first the scientific discourse as classically defined; secondly, we will present the contributions by the theories of language that echo in ethnographic practice; finally, we will characterize the post-modern paradigm emergency and the effects it has generated in ethnographic writing.

KEYWORDS: Ethnographic writing. Scientific discourse. Theories of language. Post-modernity.

UMA PALAVRA PRIMEIRA

We begin, not with participant-observation or with cultural texts (suitable for interpretation), **but with writing, the making of texts**. No longer a marginal, or occulted, dimension, **writing has emerged as central to what anthropologists do both in the field and thereafter**. The fact that it has not until recently been portrayed or seriously discussed reflects the persistence of an ideology claiming transparency of representation and immediacy of experience (CLIFFORD, 1986, p. 2, grifos nossos).²

Houve um tempo – e nem faz assim tanto tempo – em que o vocábulo *etnografia*, relacionado ao léxico do fazer antropológico, tinha contornos mais nítidos e

¹ Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ) e bolsista da FAPERJ. Possui mestrado em Memória Social (UNIRIO), bacharelado em Museologia (UNIRIO) e licenciatura plena em Letras (UERJ).

² Transporemos para a língua portuguesa, em tradução livre, as citações em língua inglesa de que este texto se constitui. “Começamos, não com a observação participante ou com os textos culturais (adequados à interpretação), mas com a escrita, a feita de textos. A atividade de escrever, agora não mais uma dimensão marginal ou oculta, irrompeu como um requisito central ao que os antropólogos fazem tanto no campo quanto no pós-campo. O fato de ela [a escrita] não ter sido até recentemente focalizada ou seriamente discutida reflete a persistência de uma ideologia que reivindica a transparência da representação e a imediatez da experiência” (CLIFFORD, 1986, p. 2, grifos nossos).

não suscitava maiores contestações. Identificado etimologicamente como a “escrita de uma etnia outra” – e, por extensão, de outras tradições, outras crenças e outras culturas distanciadas no espaço e no *modus vivendi* do modelo ocidental de viver em sociedade, o verbete em análise apresenta ainda hoje, em um dicionário de uso geral, duas acepções que evocam a história da disciplina a que se vincula: “**1** estudo descritivo das diversas etnias, de suas características antropológicas, sociais etc. **2** registro descritivo da cultura material de um determinado povo” (HOUAISS e VILLAR, 2009, p. 847).

Diante dessas definições, duas questões nos assaltam. A primeira diz respeito ao objeto mesmo da etnografia: esse “outro” a ser investigado deverá necessariamente pertencer a outro povo, a outra etnia, reeditando o par complementar nativo/antropólogo que, por décadas, reencenou o encontro do desconhecido com o conhecido, dos saberes tradicionais com a ciência? O segundo ponto se volta para o foco mesmo dessa nossa enunciação: qual a natureza da escrita etnográfica hoje? Ela tem a pretensão de descrever, reportar, reproduzir com fidedignidade naturalista as “evidências” de uma cultura? Ela é documento inquestionável de uma dada realidade em um dado espaço-tempo ou enunciado que se sabe codificado e conhece o teor ambíguo, opaco e incompleto da ferramenta – a língua – que lhe serve de suporte?

Nosso percurso tem como *corpus* artigos assinados por James Clifford e Stephen Tyler, publicados no livro *Writing culture: the poetics and politics of ethnography* (1986), organizado pelo próprio James Clifford e por George Marcus. Na verdade, a obra retoma, com comentários e viva interlocução, grande parte das participações apresentadas em seminário homônimo havido na School of American Research, em Santa Fé (Novo México), em abril de 1984. Tendo como tema central a atividade de escrever e assim tornar públicas as descobertas, alegrias e agruras que pavimentam o solo do trabalho de campo de antropólogos, como anuncia Clifford na epígrafe que selecionamos, os dez autores que compõem a coletânea nem se restringem à análise do ato de escrever *per se*, gerando outros desdobramentos, nem erigem qualquer programa a ser seguido ou política a ser adotada canonicamente. E ainda que seus vieses teóricos se diversifiquem e ecoem réplicas de refutação, indiferença, resistência e concordância nos discursos reunidos nessa obra, o traço que os distingue a todos é uma atitude de autorreflexão quanto ao fazer etnográfico.

Apurando o ouvido, no entanto, será possível distinguir na superfície significativa dos textos escolhidos categorias extraídas das teorias da linguagem e da literatura – texto/discurso, enunciado/enunciação, dialogismo/polifonia, narrativa/alegoria – que migraram de seus contextos originais e foram apropriadas pelo que passou a ser designado de etnografia pós-moderna. É esse trabalho de prospecção que buscaremos realizar nos limites dessas páginas. Para fazê-lo, começaremos por caracterizar o discurso científico classicamente considerado em seus propósitos e formas.

Em um segundo momento, identificaremos conceitos e teorias oriundos das ciências da linguagem que circulam, com ou sem aspas, nos escritos etnográficos. Finalmente, mapearemos a emergência do paradigma pós-moderno e os efeitos que ele deflagrou na escrita etnográfica em particular.

DO DISCURSO CIENTÍFICO

(...) uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos (...) (FOUCAULT, 1998, p. 30).

Retraçando as pegadas de Foucault, De Certeau e Eagleton na obra que nos serve de ponto de partida, Clifford (1986) nos reporta que, a partir do século XVII, a ciência da observação, da verificação e da medida que se praticava no Ocidente definiu seu discurso em oposição ao discurso literário: univocidade, facticidade e objetividade eram então palavras de ordem e se inscreviam no que Foucault (1998) chamaria de “ordem do discurso” científico. Em contrapartida, o espaço do literário pressupunha a polissemia – conotada negativamente como ambiguidade – os domínios da ficção – desqualificada como não verdade – e a subjetividade – tida como instância de um eu lírico ou patológico, mas sempre idiossincrático.

Razão *versus* emoção, universalidade *versus* particularidade, verdade *versus* falsidade são traços antagônicos que tradicionalmente vêm fazendo pender a balança para o primeiro elemento dessas dicotomias, privilegiando o legado iluminista. Na vigência de um mundo secularizado onde os deuses perderam seu poder encantatório, o conhecimento científico reinou como argumento último.

No século XIX, constituíram-se as ciências do homem. Seus princípios epistemológicos, no entanto, seguiam de perto o modelo das ciências biológicas e perseguiram a verdade una e única de viés positivista. Foi preciso experimentar os efeitos perversos da razão instrumental para que o dogma do progresso como inelutável redenção social caísse por terra.

Naqueles tempos modernos, o discurso das ciências – e a ele se conformou o da antropologia dos primórdios, francamente evolucionista –, lançou as bases do “jogo de regras, métodos e técnicas” de que nos fala Foucault, ao explicitar o que seja uma disciplina.

Em termos formais, poderíamos assim enunciar as normas ou coerções da escrita da ciência (GARCIA, 1988): a) cumpre que o texto priorize a função referencial da linguagem (JAKOBSON, 1963), o que corresponde ao uso preferencial da denotação em detrimento da conotação; b) por questões de clareza, deve-se optar pela ordem

direta e não a ordem inversa, o modo indicativo (modo da certeza) e não o subjuntivo, a voz ativa e não a voz passiva; c) a pessoa do verbo deve se cingir à terceira pessoa do singular, sem incursões pela primeira pessoa, de teor testemunhal e valorativo; d) por necessidade do gênero, o estilo indireto e não o discurso direto será de praxe; e) no que se refere à seleção vocabular, parcimônia nos adjetivos, especialmente os que expressam emoções, supressão de tropos de qualquer natureza, eliminação de quaisquer vocábulos ou sintagmas marcados por plebeísmos ou coloquialismos; e) quanto à composição, concisão de ideias (evite-se a redundância), coerência no encadeamento lógico-argumentativo, precisão de conceitos; f) e, *ça va sans dire*, utilização da variante padrão da língua culta. Não deixa de ser significativo que muitas dessas orientações/recomendações sobre o discurso científico arroladas por nós com minudência retórica e – admitamos – um tom de indisfarçável crítica, integrem as normas editoriais da ABNT, documento que regula o “como deve ser escrito” de nossos trabalhos acadêmicos.

É evidente que esse receituário de objetividade estrita tem sido preconizado com muito mais frequência pelas ciências exatas e da natureza – ao menos como uma meta a ser alcançada – do que pelas ciências humanas e sociais. Por outro lado, a antropologia enquanto disciplina, descontados os primeiros tempos evolucionistas, estrutura-se em métodos qualitativos, ancora-se na interpretação e tem dirigido seu foco preferencialmente para o local e não o universal, para o “outro” – por mais ampla que seja essa designação – e não para o mesmo. O relativismo e não a totalidade tem sido a sua marca.

No que concerne à escrita etnográfica, é ainda Clifford (1986) quem sublinha que as etnografias de Margareth Mead ou Raymond Firth, embora conformadas ao modelo engessado do discurso científico, acomodam-se mal ao “grau zero da escritura” (BARTHES, 1953) exigido pela ciência. Relatos expressivos, em que o estilo de seus autores é detectável, eles deixam escapar volteios de frases, recorrências semânticas, laivos de subjetividade que, à falta de melhor rótulo, poderíamos chamar provisoriamente de “literários”.

ECOS DAS TEORIAS DA LINGUAGEM

(...) the notion that literary procedures pervade any work of cultural representation is a recent idea in the discipline. To a grower number, however, the “literariness” of anthropology – and especially of ethnography – appears as much more than a matter of good writing or distinctive style. Literary processes – metaphor, figuration, narrative – affect the ways cultural phenomena are registered, from the first jotted “observations”, to the completed book, to the ways these configurations “make sense” in determined acts of reading (CLIFFORD, 1986, p. 4).³

³ “(...) a noção de que os processos literários perpassam qualquer obra de representação cultural é uma ideia recente na disciplina. Para um número crescente [de etnólogos], a “literariedade” da antropologia – e especialmente da etnografia – aparece muito mais como uma questão de bem escrever ou de um estilo apurado. Os processos literários – como a metáfora, a linguagem figurada, a narrativa – influenciam os modos segundo os quais os fenômenos culturais são registrados, das primeiras “observações” anotadas ao livro acabado, e até os modos como tais configurações “fazem sentido” em determinados atos de leitura” (CLIFFORD, 1986, p. 4).

Num sobrevoo inicial aos textos do nosso *corpus*, neles assinalamos reverberações de novas teorias e/ou metodologias centradas na apreensão do fenômeno linguístico/discursivo/literário. Referimo-nos especificamente à teoria bakhtiniana, claramente adotada pela etnografia pós-moderna, mas também à análise de discurso de extração francesa, à estética da recepção e ainda à história oral, metodologias que, embora difiram em seus propósitos, pensam a língua em sua incompletude e ratificam três postulados concernentes à linguagem: a) a falência da língua como um código de representação perfeito; b) a dimensão partilhada ou dialógica das trocas discursivas; c) os múltiplos *loci* da significação. Vejamos isso mais de perto.

A) DOS LIMITES DA REPRESENTAÇÃO

The whole point of “evoking” rather than “representing” is that it frees ethnography from *mimesis* and the inappropriate mode of scientific rhetoric that entails “objects”, “facts”, “descriptions”, “inductions”, “generalizations”, “verification”, “experiment”, “truth”, and like concepts that, except as empty invocations, have no parallels either in the experience of ethnographic fieldwork or in the writing of ethnographies (TYLER, 1986, p.130).⁴

Começemos por Ferdinand de Saussure (1975), fundador da linguística do século XX. Para ele, o objeto da linguística é a língua, desdobrada no binômio língua (*langue*) – sistema de signos que é social e cujo funcionamento se faz por oposições binárias – e fala (*parole*) – que aponta para a realização individual do falante. A partir dessa primeira bifurcação, a teoria saussuriana define o signo como a unidade linguística que congrega um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante). Estamos no terreno da representação, categoria que pode ser lida como “apresentar de novo”, “tornar presente” ou “substituir”. E embora Saussure tenha se ocupado de uma linguística da língua, suas regularidades e suas estruturas – o que suscitou acerbas críticas dos seus pósteros –, não podemos deixar de admitir que os dilemas da representação via linguagem já tinham sido por ele vislumbrados na sua tese da arbitrariedade do signo.

Atravessemos o Atlântico. Charles Sanders Peirce define signo como “algo que representa alguma coisa para alguém, sob algum prisma” (1972, p.26) e amplia seu alcance para além do universo da língua. De uma visada semiótica, o signo ou *representamem* se complexifica por ser constituído de uma natureza triádica: além do arcabouço sensível (o significante saussuriano), e do interpretante (que estende o significado saussuriano e dá conta de seu uso pragmático), Peirce acrescenta a noção de referente (objeto a que o signo se vincula no mundo). Na taxionomia peirceana, os signos linguísticos, renomeados como *símbolos*, se caracterizam por não manterem com seus

⁴ “A defesa integral da “evocação” ao invés da “representação” está em que a primeira liberta a etnografia da mimese e dos tipos inadequados da retórica científica que envolvem “objetos”, “fatos”, “descrições”, “indicações”, “generalizações”, “verificação”, “experimento”, “verdade” e conceitos similares que, exceto como evocações vazias, não apresentam paralelo algum nem nos campos de trabalho da experiência etnográfica, nem na escrita de etnografias” (TYLER, 1986, p. 130).

referentes nem uma relação de semelhança, nem uma relação de causalidade, mas um vínculo meramente convencional. Aqui os supostos de Peirce e Saussure se avizinham ao sublinharem a artificialidade ou o convencionalismo do código linguístico.

A língua não é nem transparente nem mimética como supõe o senso comum. Não há enunciados primeiros, neutros, perenes. À exceção de Adão (Gên. 2,19-20), que teve a incumbência de nomear coisas e seres e, assim, trazê-los à existência pela linguagem (FIORIN, 2002), nossos gestos de enunciar, descrever, narrar e argumentar retomam, transformam, deslocam sentidos. Não há univocidade entre signo e referente, entre as palavras e as coisas, como nos ensinou Foucault (1981). Do mesmo modo que não há a evidência de um sentido único, essencialista.

No âmbito da teoria literária, por outro lado, todo o empenho de Jakobson (1963) em definir a *literariedade* pela prevalência do que ele cognominou de *função poética* da linguagem (ênfase na mensagem) resultou numa classificação didaticamente útil dos enunciados que habitam o mundo, mas refutável em seus próprios termos. Melhor dizendo: não há elementos linguísticos exclusivos do uso literário da língua (uso, aliás, cujas fronteiras têm sido bastante contestadas); em outras palavras, a função poética descrita por Jakobson encontra-se em enunciados linguísticos destinados aos mais diferentes usos: da publicidade às homilias, da letra de música ao discurso político, do *e-mail* à conferência mais ritualizada.

A percepção do descompasso entre a língua como representação e o mundo a ser representado ficou mais aguda no final do século passado quando os estudos de linguística da enunciação se intensificaram: o foco de investigação deslocou-se da língua como estrutura para a língua como acontecimento.

B) DAS TROCAS DISCURSIVAS

Because post-modern ethnography privileges “discourse” over “text”, it foregrounds dialogue as opposed to monologue, and emphasizes the cooperative and collaborative nature of the ethnographic situation in contrast to the ideology of the transcendent observer. In fact, it rejects the ideology of “observer-observed”, there being nothing observed and no one who is observer. There is instead the mutual, dialogical production of a discourse, of a story of sorts. We better understand the ethnographic context as one of cooperative story making that, **in one of its ideal forms**, would result in a polyphonic text, none of whose participants would have the final word in the form of a framing story or encompassing synthesis – a discourse on the discourse (TYLER, 1986, p. 126, grifos nossos).⁵

⁵ “Como a etnografia pós-moderna prefere o “discurso” ao “texto”, ela privilegia o diálogo por oposição ao monólogo e enfatiza a natureza cooperativa e interacional da situação etnográfica em contraste com a ideologia do observador transcendente. Na verdade, ela rejeita a ideologia do “observador-observado”, não havendo nada observado e ninguém que seja o observador. Há, ao contrário, uma produção mútua e dialógica de uma história comum. Entendemos melhor o contexto etnográfico como o de uma construção conjunta de uma história que, **em uma de suas formas ideais**, resultaria num texto polifônico, de que nenhum de seus participantes teria a palavra final sob a forma de uma história engessada ou de uma síntese simplificadora – um discurso sobre o discurso” (TYLER, 1986, p. 126, grifos nossos).

Os ecos da teoria bakhtiniana são facilmente reconhecíveis, como adiantamos, não só no texto de Tyler – que em nenhum momento faz referência a Bakhtin –, mas também no de Clifford – que lhe dá o crédito. Dialogismo, heteroglossia, plurivocalismo, polifonia, monofonia, réplicas, vozes passaram a fazer parte do repertório da etnografia. Um panorama geral da concepção bakhtiniana de linguagem será exposto a seguir. Antes, porém, convém confrontar as diferenças entre texto e discurso aludidas por Tyler.

Utilizados muitas vezes como termos intercambiáveis, texto e discurso poderiam ser aproximados *grosso modo* ao binômio enunciado/enunciação de que se vale Bakhtin. No primeiro caso, o texto – fixado ou não na forma escrita – seria o produto do ato de enunciar, sua materialidade sensível. O discurso, por sua vez, remete necessariamente ao acontecimento da enunciação. Para os analistas do discurso, não se contém na lâmina linguística. Vincula-se a um (ou mais) contexto(s). Move-se no tempo e na história. Marcado pela polissemia, a incompletude e o imaginário porque produto da linguagem, não é um conjunto de textos, mas uma prática (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004). Todo discurso está atravessado pela ideologia, pela história, pelo imaginário (ORLANDI, 2002).

História, ideologia e imaginário estão igualmente presentes na matriz explanatória de Bakhtin. Vejamos como.

O olhar que Bakhtin (2000) lança sobre a linguagem combina dialeticamente ato individual de fala e sistema socialmente partilhado; o devir constante da língua – fluxo, deriva, criação – e a permanência ou, pelo menos, a longa duração das estruturas e normas linguísticas. A língua é entendida como fenômeno social, afeita à historicidade, prenhe de ideologias, passível de mesclar o eu e o outro, capaz de conjugar sincronicamente presente e passado.

A fala não se dá na abstração de uma língua sistêmica, mas na concretude de enunciados proferidos por indivíduos datados e situados historicamente, na alternância de sujeitos falantes. Ainda que formalmente a enunciação tome a forma de um monólogo, ela pressupõe o aporte dos enunciados que a precederam e solicita do(s) seu(s) destinatário(s) uma réplica⁶, uma reação/resposta imediata ou mediata. Tudo o que se diz (ou se escreve) já foi dito, negado, corrigido, explicado. Tudo o que se diz (ou se registra por escrito) será necessariamente acolhido, refutado, acrescentado e/ou valorado por enunciados outros, já proferidos ou a proferir. Locutores e destinatários que partilham da mesma língua não percebem o teor coercitivo das formas linguísticas. No uso prático, a língua não se dissocia do seu conteúdo ideológico. Seus usuários, nas

⁶ A obra *Marxismo e filosofia da linguagem* é, ela própria, uma réplica, no sentido bakhtiniano, às teorias da linguagem em circulação nos anos 20 do século passado. Bakhtin critica: a) o subjetivismo idealista, de teor psicologizante e tendência solipsista, representados por Humboldt, Wundt e Vossler; b) o objetivismo abstrato e sua rigidez estrutural especialmente em Ferdinand de Saussure.

infinitas enunciações de sua prática discursiva, se posicionam a favor ou contra alguma coisa. E embora cada enunciação precise de um indivíduo para realizá-la, o ato de fala não é individual, mas social.

O dialogismo, conceito-chave em Bakhtin, toma como metáfora a alternância de turnos de falantes em situações de conversação face a face para compreendê-la como uma arena de troca entre um eu e um outro. A enunciação – palavra em ato – é formulada como o espaço em que vozes sociais se revelam e se confrontam na sua heterogeneidade. Este confronto se dá sincrônica e diacronicamente, envolvendo não apenas o passado – a memória do já-dito, dos sentidos cristalizados pela tradição – e o presente – o tempo da enunciação –, mas abrindo-se igualmente para o futuro, para as réplicas do devir.

A multiplicidade de vozes que atravessam os enunciados (produtos) e os atos de enunciação (processos), por sua vez, vinculam-se a diferentes pontos de vista, visões de mundo, escolhas ideológicas. Chegamos, assim, ao conceito de *polifonia*, categoria que, proposta por Bakhtin (2005) num contexto muito específico – os romances de Dostoiévski – foi por seus epígonos ressemantizada e teve seu raio de referência estendido no sentido da generalização, como observa Faraco (2003). Vale a pena seguir seu argumento.

O conceito de *polifonia*, originalmente do vocabulário da música, onde significa “efeito que resulta do conjunto harmônico de instrumentos ou vozes que soam simultaneamente” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 2250), foi utilizado por Bakhtin (2005), esclarece Faraco, para nomear a estética dos romances escritos por Dostoiévski na maturidade. Trata-se de uma forma de narrar em que o narrador deixa de ser um deus-criador, controlando o pensar, o agir e o dizer de suas criaturas e passa a dar-lhes espaço e voz. Em termos formais, narrador e personagens, enquanto representantes de visões de mundo diversificadas, assumem posições ideológicas conflitantes e ocupam na narrativa espaços equivalentes. A palavra do outro é reportada na sua horizontalidade. A metáfora espacial mencionada por Bakhtin se contrapõe a um modo vertical, hierárquico, de narrar, herdeiro do sistema monológico e rígido dos gêneros clássicos consagrados, como a epopeia e a tragédia. Assim, replica Faraco (2003, p.75), a “polifonia não é, para Bakhtin, um universo de muitas vozes, mas um universo em que todas as vozes são equipolentes”. No romance polifônico, o jogo de poderes sociais se distribuiria de modo equânime, fenômeno dificilmente aplicável fora da produção literária de Dostoiévski (como, aliás, reconhece Tyler no trecho por nós grifado). Citando Tezza (2003), Faraco especula que o termo *polifonia* estaria mais voltado para um léxico utópico do que propriamente para a designação de uma categoria analítica: enquanto voto, desejo e projeto, o mundo polifônico seria a metáfora de um mundo democrático e pluralista, sem espaço para as formas rígidas, dogmáticas e definitivas do narrar.

Na senda do pluralismo, lembremos que as investigações bakhtinianas abarcam enunciados tão díspares quanto as conversas do dia a dia, as cartas íntimas, as biografias, os relatos de viagem, além dos gêneros arcaicos, como o diálogo socrático e a sátira menipeia. É dessa heterogeneidade que emerge o romance, gênero complexo, proteiforme, tecido na hibridização das relações dialógicas, na fusão de dialetos e jargões, na coabitação do sublime e do vulgar, do solene e do cômico.

No que concerne à relação mundo real *versus* mundo representado, a posição de Bakhtin se afasta da teoria do espelhamento da realidade (LUKÁCS *apud* JAUSS, 1994), tão cara aos teóricos marxistas, que, no limite, enxergam as obras literárias como espaço de encenação da luta de classes. À metáfora do reflexo, de ambição mimética, Bakhtin contrapõe a imagem da refração: o vínculo entre sociedade e literatura (e escritura *tout court*, acrescentaríamos nós,) implica o deslocamento, a deformação da realidade representada através das inevitáveis lentes da ideologia, da intrusão inescapável do imaginário.

C) DOS MÚLTIPLOS SENTIDOS

It is enough to mention here the general trend toward a *specification of discourses* in ethnography: who speaks? who writes? when and where? with or to whom? under what institutional and historical constraints? (CLIFFORD, 1986, p. 13)⁷

(...) the holistic moment is neither textually determined nor the exclusive right of the author, being instead the functional interaction of text-author-reader. (...) It [the text] accomplishes a cognitive utopia not of the author's subjectivity or of the reader's, but of the author-text-reader, an emergent mind that has no individual locus, being instead infinity of possible loci (TYLER, 1986, p.132-3).⁸

Se não existem sentidos primeiros, originais, nem sentidos últimos e definitivos – ainda que alguns discursos se queiram *fundadores* (ORLANDI, 2001), geradores de réplicas em seu campo de saber, – as significações dos atos de linguagem dependem necessariamente das suas circunstâncias. As circunstâncias aqui dizem respeito tanto às condições de produção de um dado discurso e suas relações com o contexto histórico, social e político que testemunhou seu surgimento quanto a especificidade do contexto imediato do processo de sua enunciação: quem diz o quê, onde, para quem.

Em busca do sentido – ou dos muitos sentidos possíveis – a história da teoria e da crítica literárias poderia ser contada a partir do deslocamento do foco de cada

⁷ “Basta mencionar aqui a tendência geral no sentido de uma *especificação de discursos* em etnografia: quem fala? quem escreve? quando e onde? com quem ou para quem? sob que coerções institucionais e históricas?” (CLIFFORD, 1986, p. 13).

⁸ “(...) o momento holístico não é nem textualmente determinado nem o direito exclusivo do autor, sendo, ao invés, a interação funcional de texto-autor-leitor (...) Ele [o texto] realiza a utopia cognitiva não da subjetividade do autor ou do leitor, mas do autor-texto-leitor, uma mente emergente destituída de qualquer *locus* individual, e constituída, ao contrário, de uma infinidade de possíveis *loci*” (TYLER, 1986, p. 132-3).

um dos elementos mínimos necessários para que o ritual da comunicação literária se estabeleça: o autor, o mundo representado, o texto, o leitor. Essa cartografia dos estudos literários desde o século XIX é desenhada por Antoine Compagnon (2001) e talvez nos esclareça alguns impasses da escrita etnográfica.

O primeiro foco da crítica literária foi o autor, o homem por trás do livro. O que se almejava, então, era aceder à intenção do autor no momento mesmo do fazer literário, supostamente para captar com precisão o sentido da obra. Esta empreitada sinaliza a crença romântica de que o escritor é um demiurgo, uma personalidade excêntrica e singular se comparada aos comuns dos mortais. No mesmo impulso, se acredita que, para cada obra, há uma única chave de interpretação. Também se pesquisavam com afincamento a biografia e a condição social do autor no afã de se chegar às causas determinantes da sua produção. Esta crítica positivista, comum na tradição escolar brasileira, apontou, por exemplo, inequívocas relações entre a produção de Machado de Assis e sua condição de epilético.

Uma outra abordagem da crítica literária questiona o mundo, ou melhor, o quadro referencial presente na obra. Em que medida mundo real e mundo ficcional se aproximam ou se afastam? Seriam válidas as interpretações que pontuam o verossímil como se verdadeiro fosse? O caráter documental da literatura é um parâmetro de interpretação? O verossímil, em sua máxima saturação, foi extremamente valorizado nos movimentos realista e naturalista do século XIX. A crítica marxista, por outro lado, interpretou a literatura a partir das contingências sócio-históricas presentes no texto. De uma certa maneira, a valoração positiva ou negativa de uma obra se fazia segundo seu grau de denúncia ou de alienação ao *status quo* vigente.

A ênfase no texto, como princípio e fim da crítica, conheceu seu auge com o estruturalismo. É evidente que a atividade crítica se exerce desde sempre sobre a obra. No entanto, entre os anos 60 e 70 do século passado, o olhar do crítico se centrou exclusivamente no texto, sua lógica interna, sua gramática. Na poesia, analisaram-se a camada fônica, os arranjos morfossintáticos, as variações e recorrências lexicais. Em prosa, com Barthes, Todorov, Eco e Bremond⁹, estudaram-se as sequências narrativas à exaustão, as instâncias de narrador e personagem, o enunciado e o processo de enunciação. Greimas (1966) chegou mesmo a estabelecer um modelo de análise actancial totalizante, capaz de dar conta das narrativas mais diversificadas. A análise estrutural rechaçou com veemência tanto as referências biográficas do autor quanto as condições sócio-históricas da produção textual.

⁹ Há um célebre número da revista *Communications*, editada pela École Pratique des Hautes Etudes, dedicado exclusivamente à narrativa. BARTHES, R. *et alii*. L'analyse structurale des récits. *Communications* n°8. Paris, École Pratique des Hautes Études/Seuil, 1966.

A tendência da crítica literária que se fortalece nos últimos anos, prossegue Compagnon, privilegia o leitor. A estética da recepção, associada à escola de Constance e tendo como teóricos Wolfgang Iser e Hans Robert Jauss, interessa-se pelo modo como a obra afeta o leitor. A análise da recepção busca o efeito produzido pela obra no leitor individual ou coletivo e sua resposta ao texto considerado como estímulo. Por mais bem urdida que seja sua estrutura, por maior que seja o seu grau de coesão e coerência, o texto, porque produto da linguagem, é incompleto, deixa lacunas, nós de significação que podem ser detectados ou ignorados. O ato de leitura atualiza as “instruções” do texto, mas não garante uma unanimidade de sentidos. Nesse exercício de ler – que é também o de selecionar e esquecer – o percurso do leitor inclui antecipações, recuos, resumos, idas e vindas e investimentos na memória para a apreensão do texto escrito. Ao relacionar o texto a normas e valores extraliterários, o leitor constrói um sentido. Assim, o sentido é um efeito experimentado pelo leitor e não preexiste à leitura.

É notório que autor, mundo, texto e leitor não são entidades circunscritas ao fazer literário. Não admira, pois, que Clifford, no recorte que destacamos, questione não apenas o estatuto da autoria do texto etnográfico, mas ainda as circunstâncias que testemunham os tempos diferenciados da coleta de dados e de sua enunciação, os sentidos que derivam de sua inserção histórica, além de insinuar as armadilhas de poder a que a pesquisa etnográfica está exposta.

Tyler, por outro lado, propõe o que ele próprio chama de utopia: uma etnografia que conjugue a tríade autor-texto-leitor; e na qual os sentidos (e os poderes) sejam equitativamente partilhados.

Na verdade, ambos os antropólogos deploram o velho padrão da escrita etnográfica: um discurso monológico, pronunciado por um narrador onisciente que reporta, rearranja, reedita os enunciados de “nativos” longínquos ou próximos, relegando-os muitas vezes ao papel de – menos que informantes – meros figurantes.

PÓS-MODERNIDADE E ETNOGRAFIA

We ground things, now, on a moving earth. There is no longer any place of overview (mountaintop) from which to map human ways of life, no Archimedian point from which to represent the world. Mountains are in constant motions. So are islands: for one cannot occupy, unambiguously, a bounded cultural world from which to journey out and analyze other cultures. Human ways of life increasingly influence, dominate, parody, translate, and subvert one another (CLIFFORD, 1986, p.22).¹⁰

¹⁰ “Nós alicerçamos coisas, hoje, numa terra em movimento. Não há mais qualquer lugar de visão panorâmica (o topo das montanhas) de onde se pudessem mapear os processos humanos de vida; não há ponto arquimediano para se representar o mundo. As montanhas se acham em constante movimento. E o mesmo ocorre com as ilhas: por conseguinte, ninguém consegue ocupar sem ambiguidades um mundo cultural fechado de onde se possa partir em jornada para analisar outras culturas. Os processos humanos de vida cada vez mais afetam, dominam, parodiavam, traduzem, e subvertem uns aos outros” (CLIFFORD, 1986, p. 22).

De início, o conceito de pós-modernidade merece ser mais bem explicitado já que muitas vezes ele é indistintamente substituído pelo seu correlato “pós-modernismo”. A confusão não é fortuita como tentaremos demonstrar. Vejamos como.

Em primeiro lugar, as diferenças. Pós-modernismo refere-se, ao menos originalmente, a um movimento artístico, situado por Jameson (1993) no início dos anos 60 do século passado, que teria como *desiderato* a ruptura com a arquitetura moderna e, mais especificamente, com o chamado estilo internacional. Os volumes retilíneos, os telhados planos e as cores neutras, percebidos como marcas do universalismo, do elitismo e do formalismo de uma razão pura, foram rejeitados e substituídos por ecos dos estilos do passado, arranjos arquitetônicos regionais e vernáculos (PINKNEY, 1996). Paralelamente a uma tendência *retrô*, que retoma e ressignifica elementos pretéritos – e aqui poderíamos pensar no dialogismo bakhtiniano – , há uma passagem do universal para o particular que, no âmbito da literatura, se traduz por uma proliferação de relatos do “eu”, de um modo de narrar fragmentário – uma mesma história recontada por pontos de vista diferentes –, por uma interpenetração de gêneros, por uma simultaneidade de entonações e discursos. Jameson acrescenta que as fronteiras da cultura “de elite” e da “baixa” cultura se indistinguem quando a produção artística incorpora os produtos da cultura de massa e da cultura popular. Não por acaso, esse foi o período em que as “minorias” – mulheres, homossexuais e negros – clamaram por uma maior participação política.

A pós-modernidade, período histórico identificado com o nosso tempo, estaria ligada a um conjunto de fenômenos como a globalização da economia, o declínio do estado-nação, as grandes migrações. Suas ênfases estariam na transitoriedade, na fragmentação e na perda de significado do processo histórico. Alguns teóricos, no entanto, discordam da designação “pós-moderno” por entenderem que, embora a sociedade ocidental contemporânea se diferencie da de Marx ou Weber, seus princípios continuam vigendo no nosso hoje (KUMAR, 1996).

É inegável que há zonas de contato entre um e outro conceitos, traços comuns como a fragmentação, a indefinição de gêneros, a hibridização de influências, a horizontalização do poder e do saber. O próprio Clifford, no segmento transcrito, está bem ciente do cunho transitório de posições, certezas e poderes.

Quais seriam, então, as marcas da etnografia pós-moderna?

Verdades parciais, ficções verdadeiras, invenções, narrativas, evocações ou alegorias, os etnógrafos já não sustentam mais o teor unívoco de seus relatos. A própria categoria da representação é contestada e com ela todo um acervo de impressões visuais tradicionalmente vinculadas à antropologia como campo de saber: olhar, observar, descrever. À ambição de uma objetividade máxima, contrapõem-se as subjetividades do pesquisador e de seus pesquisados.

O repúdio ao visualismo fez emergir um paradigma discursivo que advoga a inclusão de muitas vozes – a do etnógrafo, mas também as dos “nativos” e informantes, também eles narradores – no relato final.

Em termos de composição, o texto se articula como uma sucessão de vozes graves ou agudas, enunciando suas diferenças em relações dialógicas: registros em primeira ou terceira pessoas, uso da língua culta, familiar ou coloquial, hibridização de gêneros.

No que tange ao conteúdo, a etnografia pós-moderna convoca as vibrações, comentários e ruídos do trabalho de campo, classicamente considerado como “*corridor talk*” e suprimido na versão escrita.

Esse todo assimétrico, muito longe do uníssono de um canto coral, pode soar a um ouvido desavisado como uma algaravia inquietante porque detonadora de múltiplos sentidos.

Para um leitor interessado, no entanto, o texto assim construído irá além do ponto final – ou do silêncio das vozes que o enunciam – e suscitará respostas ou réplicas.

PALAVRAS (QUASE) FINAIS

Uma “cultura” é, concretamente, um diálogo em aberto, criativo, de subculturas, de membros e não membros, de diversas facções. Uma “língua” é a interação e a luta de dialetos regionais, jargões profissionais, lugares-comuns genéricos, a fala de diferentes grupos etários, de diferentes indivíduos (CLIFFORD, 2008, p. 47).

Nosso itinerário de enunciação buscou refletir sobre a etnografia no âmbito da antropologia pós-moderna. De início, contestamos uma acepção etimológica que perdeu sua potência semântica: o “outro”, a respeito de quem se escreve, não é necessariamente o “estranho”, o “diferente” ou o “longínquo” nesse nosso mundo de identidades múltiplas e lealdades contraditórias. A rigor, a categoria de “nativo” nos abarca a todos porque é relacional. Também a escrita como decalque de verdade, documento incontestável, mereceu nossa atenção, instrumentalizados que fomos pela obra *Writing culture* (1986) e, mais especificamente, pelos textos de James Clifford e Stephen Tyler.

Num primeiro movimento, explicitamos as marcas discursivas do saber científico, que as ciências humanas e também a antropologia tiveram que praticar, com maior ou menor desconforto, para serem legitimadas enquanto ciências.

Examinando nosso *corpus*, detectamos um novo paradigma para a escrita etnográfica, que se vale da interlocução com as teorias da linguagem nesses tempos pós-modernos. Não é mais possível acreditar na univocidade do signo linguístico,

no imobilismo do código, na falácia do sentido único. Seguindo o rastro da matriz bakhtiniana, nossos autores rechaçam o modo monológico de relatar a experiência etnográfica ao mesmo tempo em que sugerem a inclusão de vozes outras no texto que, no trabalho de campo e depois dele, assim vai sendo tecido.

Não por acaso, destacamos como última epígrafe o enunciado de Clifford em que compara “cultura” e “língua” e, ecoando o dialogismo de Bakhtin, reforça a heterogeneidade de “facções” e “jargões” e acolhe réplicas de confronto, conformidade ou resistência.

Por motivo análogo, nosso subtítulo relativiza com um “quase” as **palavras finais**: enunciado que segue, provisório e inconcluso, à espera de outras vozes, sotaques e entonações.

REFERÊNCIAS:

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Huicetec, 2002.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BARTHES, Roland. *Le degré zéro de l'écriture*. Paris: Seuil, 1953.
- BARTHES, Roland. Introduction à l'analyse structurale des récits. In *Communications*, nº 8. Paris, Seuil, 1966.
- .CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CLIFFORD, James. Introduction: partial truths. In: CLIFFORD, James e MARCUS, George. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1986.
- _____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- GREIMAS, A. J. *Sémantique structurale*. Paris: Larrousse, 1966.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

- JAKOBSON, Roman. *Essais de linguistique générale*. Paris: Editions de Minuit, 1963.
- JAMESON, Fredric. O pós-modernismo e a sociedade de consumo. In: KAPLAN, Ann (org.). *O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- KUMAR, Krishan. Modernidade. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- ORLANDI, Eni P. (org.) *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- PINKNEY, Tom. Modernismo e pós-modernismo. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- TYLER, Stephen. Post-modern ethnography: from document of the occult to occult document. In: CLIFFORD, James e MARCUS, George. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1986.

